

INDÍGENAS, CAMPONESES E URBANOS NA PESCA COMO ELA É: OS PESCADORES ARTESANAIS DE BAÍA DA TRAIÇÃO/PB

INDIANS, PEASANTS AND URBAN IN FISHING AS IT IS: THE ARTISANAL
FISHERMEN OF BAIA DA TRAIÇÃO/PB

Mirella de Almeida Braga¹

Emanuel Oliveira Braga²

RESUMO

O presente artigo é o resultado de uma breve pesquisa de campo vivenciada entre grupos de pescadores artesanais de Baía da Traição, Paraíba. Ao longo das próximas linhas, o leitor encontrará descrições analíticas acerca de determinadas relações sociais estabelecidas por e entre famílias e grupos pesqueiros que transitam pelas categorias identitárias indígena, camponês e urbano, dinamizando ricas e resistentes experiências de vida no litoral norte da Paraíba, muitas vezes à revelia dos frágeis e perigosos ideais do ambientalismo internacional.

Palavras-chave: Pescadores artesanais. Indígenas do Nordeste. Ambientalismo.

ABSTRACT

This article is the result of a brief field research lived between groups of traditional fishermen from Baía da Traição, Paraíba. Along the following lines, the reader will find analytical descriptions about certain social relationships established by and between families and fishing groups that transit through indigenous, peasant and urban identity categories, dynamizing rich and resistant life experiences on the North Coast of Paraíba, many times by default of the fragile and dangerous ideals of international environmentalism.

Keywords: Traditional fishermen. Indigenous of the Brazilian Northeast. Environmentalism.

1 Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). E-mail: mirella.braga@unipe.br

2 Doutorando em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: eobraga@yahoo.com.br

Conhecendo a realidade local

Por meio deste breve artigo, pretendemos compreender algumas dinâmicas contemporâneas vivenciadas por pescadores artesanais no município de Baía da Traição, com especial atenção às práticas cotidianas que são ressignificadas, considerando as diversas transformações do mercado, das legislações e das relações sociais estabelecidas entre os grupos sociais locais situados em um território culturalmente complexo.

Baía da Traição é um município do litoral norte paraibano com extensão de 102.368 km² e 8.012 habitantes, emancipado em 1962, desmembrado de Mamanguape (IBGE, 2010). Junto com os municípios vizinhos de Marcação e Rio Tinto, abriga a maior parte da Terra Indígena Potiguara. Algumas das famílias de pescadores artesanais são famílias pertencentes a determinados grupos Potiguara, envolvidas com questões étnicas, políticas, econômicas e ambientais que caracterizam a conjuntura atual dos índios presentes na região Nordeste do país (Pacheco de Oliveira, 1998; Grünewald, 1995).

Palitot (2005) e Vieira (2010) trazem um bom resumo da história e atualidade do povo Potiguara. Em termos demográficos, os Potiguara são uns dos maiores grupos indígenas brasileiros, com população total de 10.600 pessoas (SIASI Funasa/MS 2009). Encontram-se espalhados em três terras indígenas contíguas, definidos historicamente a partir de aldeamentos missionários que remontam os séculos XVI, XVII e XVIII, localizadas nos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, litoral norte da Paraíba: a Terra Indígena – TI Potiguara situa-se nos três municípios e possui 21.238 ha, que foram demarcados em 1983 e homologados em 1991; a TI Jacaré de São Domingos tem 5.032 ha nos municípios de Marcação e Rio Tinto, cuja homologação se deu em 1993; e, por fim, a TI Potiguara de Monte-Mór, com 7.487 ha, entre Marcação e Rio Tinto, ainda em processo de homologação, em razão de conflitos com usinas de cana e com a antiga Companhia Rio Tinto. Os Potiguara estão distribuídos em trinta e oito localidades dispostas ao longo de rios e riachos. Das trinta e oito localidades, trinta e uma são consideradas aldeias, em virtude de terem um representante ou cacique local. Os Potiguara também vivem fora das terras indígenas em centros urbanos da Paraíba e de outros Estados brasileiros estabelecendo relações com seus locais de origem.

A propósito da figura do pescador artesanal, conceitualmente referimo-nos a todo aquele que exerce a pesca, destinando uma parte do pescado para a subsistência de sua família e outra parcela para a venda a terceiros (Diegues, 2004). É sabido que a pesca artesanal é uma atividade, que diferente da industrial, causa menor impacto socioambiental, já que se utiliza de técnicas “primárias” de captura, o que aproxima esses trabalhadores às redes e grupos de pessoas que se inserem na “cultura da preservação” do meio ambiente por meio de proposições políticas para o chamado “desenvolvimento sustentável”. Em Baía da Traição, assim como grande parte do litoral norte da Paraíba, há todo o tipo de técnicas de pesca, utilizam desde a rede, passando pelo mergulho,

a cova, o anzol, dentre outras. Geralmente um mesmo pescador está habilitado para transitar nesses diferentes conhecimentos e conforme a ocasião e a conjuntura do meio ambiente local ativam essa ou aquela técnica pesqueira.

Em nossa breve incursão a campo³, pudemos constatar que a pesca artesanal em Baía da Traição tem dinâmicas que acabam envolvendo grande parte da comunidade praiana local. São famílias e grupos de vizinhos que se encontram ao longo de todo o dia, desde as primeiras horas da manhã até o início da noite, para tratar de assuntos de suas realidades domésticas e políticas e, como não poderia deixar de ser, para pescar. Concentram-se especialmente em uma localidade praiana chamada por muitos de “prainha”. É uma atividade predominantemente masculina. Organizam-se em uma colônia de pescadores que não é tão atuante quanto à maioria dos pescadores afirma desejar.

Pescam para vender, mas como nem sempre há mercado de consumo para o que conseguem no mar, o pescado serve de subsistência familiar. O principal e mais rentável produto para comércio é a lagosta. Chegam a vender o quilo da lagosta a setenta reais, preço que é pelo menos dez vezes maior que o valor dos peixes encontrados nas redondezas. Esse tipo de crustáceo é encontrado em “alto mar”. Apenas as técnicas do mergulho e da cova oferecem melhores possibilidades ao pescador de ter sucesso na pesca da lagosta. Embora mais arriscada, pois há muitos incidentes narrados pela comunidade de mortes de familiares e conhecidos, o mergulho é a técnica mais utilizada, pois assegura uma maior venda do produto. A cova tem sido rejeitada por conta dos constantes furtos das armadilhas feita pelos próprios pescadores locais. A cova era mais utilizada antigamente, mesmo que um dos colaboradores da presente pesquisa tenha deixado claro que o risco de insucesso econômico dessa técnica é tradicional: “ladrão sempre houve no mundo”.

Os furtos de covas não são motivo para desagregação da comunidade local. Tais conflitos não se sobrepõem ao espírito comunitário. A solidariedade está sempre presente e é quase impossível ver um pescador arrastando seu barco sozinho da praia para o mar. Sempre tem alguém que aparece para ajudar, aproveitando para atualizar os assuntos domésticos e políticos locais. A pesca de rede geralmente é feita em duplas e para o mergulho partem três, quatro ou cinco pescadores para o alto mar. Essa constante disponibilidade da força de trabalho diante da ação de outrem pode ser relativamente comparada às relações sociais do mutirão, tão bem descritas e analisadas por Candido (1977), evidenciando a mutualidade na prática cotidiana de roceiros no município de Bofete/SP que desenvolvem trocas de favores nas derrubadas de mato, no plantio, nas colheitas, na construção de casas e na fiação de algodão.

Praticamente todos os “nativos” da prainha sabem algo sobre a pesca desde a mais tenra infância. Um garoto de quatorze anos entrevistado, a título de exemplo, domina grande parte dos princípios técnicos dos pescadores mais velhos. Se alguém da

³ A pesquisa foi realizada entre os meses de julho e agosto de 2017 e se inspira em experiências etnográficas que aliam metodologicamente observações, participações, conversas informais (individuais e coletivas) e levantamento de histórias de vida (Crapanzano, 1984; 1991).

família está trabalhando no comércio ou na indústria, sendo professor ou funcionário público em Baía da Traição e redondezas, isso não significa que ele não seja também pescador. Em qualquer momento de crise econômica e risco de desestruturação familiar esse trabalhador ativar os conhecimentos da pesca em nome da sobrevivência, fazendo do pescado um importante complemento da feira mensal. Mesmo na ausência de atividades pesqueiras, muitos dos praianos não deixam de fazer cotidianamente a manutenção de seus barcos, os trazendo para a costa para limpeza e consertos a fim de que eles não “se acabem no mar”. A manutenção se torna mais constante também pelo fato de não existirem, por costume local, muitas caixas e abrigos de barcos e apetrechos de pesca ao longo da praia.

Embora sejam pescadores artesanais e pratiquem pequenas atividades agrícolas, com plantação de leguminosas e criação de víveres, localmente a comunidade é percebida como “da cidade”, especialmente do ponto de vista dos índios Potiguara aldeados. Aqueles que vivem nos limites administrativos da cidade de Baía da Traição, embora estejam no Território Indígena Potiguara, não recebem os incentivos e políticas historicamente voltadas para a questão indígena. Ao mesmo tempo em que podemos observar reconfigurações nas relações sociais e na experiência de vida afetadas pelas contingências das políticas locais e projetos de desenvolvimento (Cavalcanti, 2014), a presença do arcabouço de proteção indigenista não parece definir de modo relevante a definição da identidade étnica na comunidade pesqueira. Alguns pescadores se dizem “parentes de índios” e outros se dizem “índios”. Seu Manoel, um dos entrevistados, quando indagado se não gostaria de morar aldeado e assim fazer parte das políticas públicas indígenas, afirmou: “sou índio, mas não gosto de índio. Aqui os índios são brabos, tudo deles tem que ser na brabeza, se mostrando. Eu não sou disso, sou sossegado”. Dessa forma, o processo identitário indígena Potiguara não se revela nada monolítico, não existe localmente uma definição sólida entre “indígenas” e “não-indígenas” dentro e fora dos aldeamentos, dentro e fora das cidades dos Potiguara. Há vários emblemas de urbanidade nas aldeias, assim como vários emblemas de ruralidade nas cidades.

A assimetria no fazer e refazer desses fluxos identitários (Hannerz, 1997) e fronteiras étnicas (Barth, ([1969] 2000), no em determinados contextos, produz determinadas estratégias de centralidade discursiva voltadas para a negação da existência de determinadas identidades indesejadas e/ou incompreendidas. Certos extratos sociais da sociedade brasileira não-indígena, a título de exemplo, formaram historicamente para si uma noção abstrata e genérica de “índios”, cuja visão e desejo idílico procuram disciplinar verdades classificatórias por meio de critérios que essencializam as identidades indígenas em perfis a-históricos (Ramos, 1995). Assim, “índio que é índio” habita aldeias, se alimenta de produtos não-industrializados, “convive harmonicamente com a natureza”, dentre outros estereótipos. O processo de transformação, desenvolvimento ou “evolução histórica” seria um atributo exclusivo

de sociedades classificadas como “ocidentais”. O contato excessivo com esse atributo imaginado, como o uso de tecnologias eletrônicas e virtuais, macularia a suposta pureza da suposta fragilidade do *status* identitário indígena. Na primeira experiência etnográfica produzida pela academia junto aos Potiguara, a título de exemplo, o antropólogo Paulo Marcos de Amorim, vindo do Museu Nacional/UFRJ, descreve os índios do litoral norte da Paraíba como “despercebidos em meio a uma população mestiça e com característica semelhante de vestuário” (1970: 57). Tal mácula da “mistura” é reverberada, na verdade, desde o início dos primeiros processos de articulação política em torno dos processos de emergência étnica dos índios nordestinos, na primeira metade do século XX.

Os pescadores artesanais de Baía da Traição integram (ou deveriam integrar) também o que se denomina popularmente e juridicamente “comunidades tradicionais”. No âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Decreto nº. 6.040/2007, a título de exemplo, tais agrupamentos são assim definidos:

Art. 3: Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

O fato é que esse conjunto de famílias e grupos sociais pesqueiros se situam historicamente em uma complexa e diversificada rede de relações onde as categorias “camponês”, “urbano” e “indígena” são dinamizadas a cada pensamento e ação propostos na lide diária com a realidade socioambiental vivida.

O paradigma da sustentabilidade e a vida pesqueira local

Até o final dos anos 1970, era recorrente nos debates sobre “preservação ambiental” o pensamento antitético opondo de um lado os argumentos em defesa do crescimento econômico e de outro os argumentos em defesa do meio ambiente. Eram coisas completamente excludentes, aumentar o produto interno bruto das nações e melhorar a qualidade ambiental (Cavalcanti, 2003).

Entretanto, em 1972, houve um marco político e legal que traria novos modelos ideológicos e novas estratégias políticas buscando conciliar crescimento econômico, preservação ambiental e justiça social. Trata-se da Conferência de Estocolmo, realizada na Suécia pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas. Aparecia, pela primeira vez, a ideia de “codesenvolvimento”, intuindo uma necessidade de estabelecer a relação positiva entre desenvolvimento e meio ambiente.

O economista Ignacy Sachs participou efetivamente do debate para o amadurecimento do conceito de *codesenvolvimento*. Sem deixar de analisar os aspectos

econômicos que envolvem a realidade mundial, ele contribuiu para associação dos problemas clássicos do capitalismo ao paradigma socioambiental. O desenvolvimento econômico e o bem estar social, para ele, estão diretamente relacionados com o respeito ao meio ambiente (Sachs, 1993). Nessa esteira, Wanderley (2011), em um debate envolvendo a concepção de território trabalhada por Abramovay (1998), desloca a noção da base física territorial para o campo das relações vivenciadas por indivíduos, grupos e segmentos sociais, trabalhadores, empresariado e agentes públicos. Há em cada territorialidade complexas formas de organização humana repleta de redes de conhecimentos e ações que redimensionam os próprios atributos naturais da paisagem e a noção, por vezes abstrata, de desenvolvimento econômico.

Após vinte anos da realização da Conferência de Estocolmo, mais uma vez os membros das Nações Unidas estariam reunidos, agora com representantes de 172 países, para retorno ao debate socioambiental e a consolidação de propostas mais concretas para conservação dos recursos naturais do planeta. Trata-se da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, conhecida popularmente como Rio 92. A nomenclatura *desenvolvimento sustentável*, que já tinha aparecido em um documento técnico encomendado pela ONU em 1987 (Relatório Brundtland – *Our Common Future*), torna-se um dos assuntos mais discutidos na Rio 92 (Ribeiro, 2006). Apesar de diferenças de contexto histórico (1972 e 1992), Fernandez (2011) afirma, por meio da análise das obras de Sachs e Strong, que os conceitos de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável apresentam os mesmos pressupostos teóricos.

Ignacy Sachs, diretor do Centro de Pesquisas do Brasil Contemporâneo, vinculado à Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris, assim como Strong, emprega os conceitos de “Ecodesenvolvimento” e “Desenvolvimento Sustentável” como sinônimos, apontando cinco dimensões interconectadas de sustentabilidade: *social* (voltada para a redução da pobreza e para a organização social), *econômica* (relativa à manutenção da capacidade produtiva dos ecossistemas), *ecológica* (relacionada à preservação dos recursos naturais enquanto base da biodiversidade), *espacial* (voltada para uma configuração rural-urbana equilibrada) e *cultural* (referente ao respeito pelas especificidades culturais, identidades e tradições das comunidades locais). (Fernandez, 2011, p. 110)

A educação ambiental, então, passa a ser pauta da atualidade “global”, servindo como suporte ao desenvolvimento “civilizatório” da relação entre *homem e meio ambiente* constituindo “culturas de preservação”. Não é à toa o número de diários virtuais e *blogs* disponibilizados na internet e a quantidade de opiniões pessoais de anônimos publicadas acerca dos movimentos de preservação ambiental. Nos diários virtuais e *blogs* podemos perceber o “modismo” lançado em relação aos produtos considerados “naturais”. O incentivo ao consumo ecologicamente correto também condiciona os usos de acordo com uma lógica de mercado de ritmo frenético. Ultimamente, observa-se uma grande exposição desses considerados anônimos em defesa do meio ambiente; a “onda verde” é, de certo modo, a outra face agregada de valores de consumo existentes nos dias atuais (Braga & Silva, 2014).

Todo esse debate ambientalista “global” que culminou em normas internacionais

e leis nacionais parece localmente pouco eficaz, não estando nas questões de primeira ordem nas preocupações da comunidade pesqueira de Baía da Traição. Situados entre uma fiscalização ambientalista relativamente frouxa e um assédio turístico ainda contido se comparado a outras localidades litorâneas da Paraíba, a região pesqueira da prainha tem certa autonomia para definir necessidades e perspectivas da pesca artesanal.

A fiscalização ambiental se dá quase exclusivamente via Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – Ibama e tem se concentrado em visitas aos restaurantes e bares à beira mar e redondezas. Os fiscais verificam o cardápio e a cozinha, indagando sobre a origem dos alimentos servidos, buscando identificar fornecedores locais, a fim de deduzir sobre eventuais irregularidades como a venda de tal peixe fora da época do ciclo natural, o que prejudicaria sua reprodução.

Além da lagosta, a comunidade pesqueira local comercializa o camarão branco (encontrado preferencialmente próximo à praia nas baixas da maré) e o camarão sete barbas (presentes em alto mar). Registramos por algumas ocasiões a pesca de rede do camarão branco, feita por duplas de pescadores que adentram a pé o mar por quatro ou cinco vezes durante o início da manhã ou final da tarde, levando e trazendo de volta uma extensa rede horizontal repleta de algas e peixes pequenos. Retornado à areia úmida recentemente banhada pelo mar, os pescadores promovem a cata “do que presta”, selecionando espécimes de camarões brancos e peixes de maior porte. Alguns descartam os siris, outros aproveitam tudo porque “siri com cachaça é muito bom”.

É importante lembrar que na prainha ao mesmo tempo em que todos sabem algo sobre e vivem da pesca, muitos tomam a pesca como a última fronteira de uma nova dignidade de trabalho forjada pelo mercado capitalista convencional. Dessa forma, pesca-se por não ter nada melhor para fazer, pesca-se quando se está em crise, desempregado ou como complemento do sustento da casa.

Os pescadores da Baía da Traição comumente aprendem a pescar na oitiva, observando pescadores mais velhos e utilizam pequenas embarcações para a atividade em condições artesanais da atividade. A maioria deles não possui barco e precisa “alugar” de outrem que, embora também sejam pescadores, não costumam exercer o ofício com tanta frequência que aquele indivíduo não possuidor de barco. O aluguel consiste na obrigação de pagar metade do pescado conseguido ao dono da embarcação. Há, dessa forma, uma dependência cíclica de pescadores mais pobres junto aos pescadores de mais posses que consolida historicamente a formação de relações de patronato, dádivas-dívidas locais que acabam englobando, no sentido dumontiano expresso por Lanna (1995), as relações mercadológicas globais. Essas relações de dominação e dependência estão eivadas de formas cotidianas de resistência, lutas de “pequena escala” no sentido expresso por Scott (2002). Os pescadores endividados costumam omitir a quantidade real dos produtos da pesca da empreitada para, assim, terem mais condições de vender e existir com dignidade no mercado local. A resistência para uma vida melhor também se revela ao ignorarem o frouxo monitoramento do órgão

ambiental, ao “darem uma de doido” às normas de fiscalização impostas a partir das centralidades técnicas e políticas do Estado nacional. O próprio temor à opção do mergulho na pesca da lagosta não diz respeito a orientações externas e especializadas sobre segurança e saúde do trabalhador, oriundas de algum tipo de política do Estado, e sim à experiência cotidiana que percebe aqui e acolá um incidente mais grave envolvendo mergulhadores que tiveram uma “infelicidade no mar”.

Enquanto o ambientalismo advindo de recomendações internacionais parece ignorado pela comunidade pesqueira, há uma expectativa, talvez ingênua, de incentivos políticos ao crescimento do turismo “sustentável” local. Um dos donos de barco, Seu Antonio, afirma, recebendo apoio de seus companheiros de praia:

Se ninguém aluga meu barco, fico parado, precisa de fazer o que fazem em Pipa/RN, os passeios turísticos, uma atração. Você chega num hotel em Pipa, a primeira coisa que te dão é um papelzinho indicando onde tem barco pra passear. Aqui não. (Antonio)

Por estar localizada em território indígena que prima pela coletivização da posse da terra, a paisagem local de Baía da Traição é cada vez mais uma importante fronteira estética e ética da pesca artesanal no Estado da Paraíba em resistência à intensa e crescente especulação imobiliária e turística predatória que avança, pressiona e expulsa pescadores e suas estruturas de trabalho (caiçaras, barcos, apetrechos de pesca, etc.).

Considerando que o capitalismo, mais especificamente o que Polanyi ([1944] 2000) chama de “mercado autorregulável” se apropria de amplas proporções da vida cotidiana, instituindo e padronizando nosso próprio modo de se relacionar com necessidades básicas em determinados “regimes alimentares” (Friedmann, 2005) e considerando que o fenômeno da globalização afrouxa, aproxima e afasta laços sociais, como podemos refletir sobre a resistência local – que engloba e subordina estruturalmente, inclusive, as relações de mercado no sentido dumontiano expresso por Lanna (1995) – de pescadores aos códigos de conduta e educação socioambiental, que se propõem como éticas universais incontestes?

Em meio a *frisson* ambientalista, os pescadores artesanais podem, em muitos contextos locais como o da prainha em Baía da Traição/PB, agenciar determinados sistemas de pensamento e ação que ressignificam e remanejamos tecnicamente e cognitivamente a efetivação das leis e valores do direito socioambiental. Os conhecimentos decorrentes das descobertas científicas, dos desenvolvimentos tecnológicos ou mesmo pelo os “modismos” ativistas, ou seja, todo o conjunto de ideias-força tributárias do que se convencionou denominar “desenvolvimento sustentável” sintonizadas, muitas vezes, com as próprias lógicas contemporâneas de mercado (Waldman, 1992; Friedmann, 2005; Braga & Silva, 2014), tem sua plausibilidade e eficácia avaliadas e, na maioria das vezes, rechaçada na “pesca como ela é”.

O presente artigo procurou, ao longo de suas linhas, abrir debates para o exercício de compreensão das relações sociais estabelecidas por e entre famílias e

grupos pesqueiros que transitam pelas categorias indígena, camponês e urbano, dinamizando ricas e resistentes experiências de vida no litoral norte da Paraíba que ignoram e, por vezes, subordinam os frágeis e perigosos ideais do capitalismo verde.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. In: *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. V. 28, n. 1, 1998.

AMORIM, Paulo Marcos de. *Índios camponeses: os Potiguara de Baía da Traição*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1970.

BARTH, Frederik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BRAGA, Emanuel Oliveira. & SILVA, Luciano de Souza e. Em defesa da educação patrimonial e da pesquisa participativa na análise de impacto dos processos de licenciamento ambiental no Brasil: a construção do patrimônio cultural local em situações de encontro e conflito. In: *Educação Patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade*. Caderno Temático 4. João Pessoa: Iphan/PB, 2014.

BRASIL. Decreto nº. 6.040. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília/DF, 07 de fevereiro de 2007.

CANDIDO, Antonio. As formas de solidariedade. In: *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

CAVALCANTI, Clóvis (org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 2003.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Resignificação dos territórios em um contexto de globalização. In: CAVALCANTI, Josefa S. B. et al. [Eds]. *Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014.

CRAPANZANO, Vincent. Diálogo. In: *Anuário antropológico*. V. 8, n. 88. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UnB, 1991.

_____. *Life-histories*. In: *American anthropologist*. V. 86, n. 4, 1984.

DIEGUES, Antonio Carlos. *A pesca construindo sociedades*. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.

DUMONT, Louis. *Homo hierarquicus*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

FERNANDEZ, Brena P. Magno. Ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e economia ecológica: em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional?. In: *Desenvolvimento e meio ambiente*. N. 23. Curitiba: Ed. da UFPR, janeiro/junho de 2011.

FRIEDMANN, Harriet. From colonialism to green capitalism: social movements and the emergence of food regimes. in: F.H. Buttel and P. McMichael (eds.). *New directions in the sociology of global development - Research in rural sociology and development*, Vol. 11. Oxford, Elsevier, pp. 229-67, 2005.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. “Regime de índio” e faccionalismo: os Atikum da Serra Umã. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1993.

_____. *Toré: regime encantado dos índios do Nordeste*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 2005.

HANNERZ, Ulf. “Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da Antropologia Transnacional”. In: *Mana: Estudos de Antropologia Social*, vol. 3, n. 1. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ PPGAS Museu Nacional – UFRJ, abril de 1997.

LANNA, Marcos P. D. *A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste brasileiro*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.

ONU. *Declaração sobre o ambiente humano*. Estocolmo, 1972. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/npadc/gpeea/DocsEA/DeclaraAmbienteHumano.pdf>>. Acesso em 20/12/2012.

_____. *Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento*. Rio, 1992. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/npadc/gpeea/DocsEA/DeclaraRioMA.pdf>>. Acesso em: 25/12/2012.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. *Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais*. *Mana*, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

PALITOT, Estêvão Martins. *Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. João Pessoa/PB: UFPB, 2005.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. RAMOS, Alcida Rita. O índio hiper-real. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. N. 28, ano 10, junho de 1995.

RIBEIRO, E. L. *Cidades (in)sustentáveis: reflexões e busca de modelos urbanos de menor*

entropia. João Pessoa: Ed. Universitária, 2006.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para do século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. In: *Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas*. V. 21, n. 1. Campina Grande: Ed. da UFCG. janeiro/junho de 2002.

VIEIRA, Glebson. *Amigos e competidores: política faccional e feitiçaria nos Potiguara da Paraíba*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. São Paulo: USP, 2010.

WALDMAN, M. *Ecologia e lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1992.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2011.

Recebido em: 19/08/2017.

Aceito em: 29/11/2017.